

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

(b) Contingências possíveis

Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorreram no curso normal dos negócios. A Companhia, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível e, portanto, não efetua provisão para estes riscos.

	2018	2017
Trabalhistas (i)	1.719	6.874
Cíveis (ii)	216	883
Tributárias (iii)	7.634	8.584
Total das causas possíveis	9.569	16.341

(i) Contemplam reclamações trabalhistas de ex-funcionários, os quais envolvem pedidos de hora extra, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participação nos lucros, entre outros pedidos.

(ii) Contemplam em sua grande maioria diversas reclamações cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações incorretas de anúncios veiculados.

(iii) São processos na esfera administrativa, relacionados a habilitação de créditos tributários.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Movimentação dos depósitos judiciais registrados no ativo:

	2017	Adições	Atualização monetária	2018
INSS INCRA	1.594	81	64	1.739
INSS SESC (ii)	2.322	-	57	2.379
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (i)	8.658	434	413	9.505
Outros	1.673	369	88	2.130
	14.247	884	622	15.753

	2016	Adições	Atualização monetária	2017
INSS INCRA	1.414	91	89	1.594
INSS SESC (ii)	2.235	-	87	2.322
Fator Acidentário de Prevenção (FAP) (i)	7.225	870	563	8.658
Outros	1.309	263	101	1.673
	12.183	1.224	840	14.247

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nºs 6.042/07 e 6.957/09 e as Resoluções CNPS nºs 1.308, e 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica de "Obrigações sociais e trabalhistas".

(ii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexigibilidade da contribuição ao SESC (Serviço Social do Comércio), a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, inclusa no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretária da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013 ocorreu o retorno parcial destes valores.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A Administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2018	2017
Diferenças temporárias		
Ativas		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.076	5.546
Provisão para participações nos lucros	7.144	11.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43	159
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.468	1.687
Outras provisões	148	33
Passivas	(879)	(2.110)
Depreciação vida útil	14.000	16.756
Alíquota efetiva	34%	34%
Imposto diferido ativo, líquido	4.760	5.697

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto sofrer alterações.

(b) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes do IRPJ e CSLL	79.205	72.755
Alíquota - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social aplicados à alíquota	26.930	24.737
Compensação de propaganda eleitoral (i)	(15.808)	(12.492)
Perdão de dívida da Gazeta do Povo	-	3.395
Despesas indedutíveis	-	1.670
	14.367	17.310
Imposto de renda corrente	13.430	17.216
Imposto de renda diferido	937	94

(i) Dedução Reserva de lucros

(ii) Reserva legal

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2018 e 2017 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(iii) Retenção de lucros

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte.

d) Dividendos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício apurado, depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido limitados à 20% do capital social integralizado.

	2018	2017
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2017	21.180	-
Dividendo mínimo obrigatório	16.209	-
Dividendo complementar proposto sobre o lucro de 2016	-	50.264
Dividendo mínimo obrigatório	-	13.862
	37.389	64.126
Dividendos pagos	74.500	20.416
Dividendos a pagar	16.209	53.320

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A seguir, a composição da receita operacional bruta:

	2018	2017
Receita operacional bruta		
Publicidade	247.295	265.838
Produção de comerciais	1.112	819
Geração Digital	1.383	-
Outras vendas	4.750	4.112
	254.540	270.769
Deduções		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(13.940)	(14.454)
	(13.940)	(14.454)
Receita operacional líquida	240.600	256.315

18. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Despesa de pessoal	(62.553)	(74.102)
Serviços prestados por terceiros	(54.622)	(60.135)
Comissões vendas	(27.533)	(29.273)
Depreciação e amortização	(11.051)	(13.656)
Propaganda e publicidade	(6.751)	(6.130)
Despesa com comunicação	(4.516)	(4.550)
Despesa com equipamentos de informática	(3.244)	(2.814)
Recuperação de gastos compartilhados (i)	18.938	24.434
Manutenção predial	(1.402)	(1.080)
Outras despesas	(9.779)	(7.080)
	(162.513)	(174.386)
Custos dos serviços	(99.225)	(115.717)
Com vendas	(39.633)	(32.637)
Gerais e administrativas	(23.655)	(26.032)
	(162.513)	(174.386)

(i) Referem-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas ligadas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição de outras receitas (despesas) operacionais é como segue:

	2018	2017
Perdão de dívida da Gazeta do Povo (nota 6)	-	(14.111)
Despesas com provisão para contingências	(1.420)	(357)
Resultado líquido na alienação do ativo imobilizado	265	777
Outras (Despesas) receitas	(1.927)	172
	(3.082)	(13.519)

20. RESULTADO FINANCEIRO

(a) Receitas financeiras

	2018	2017
Juros por aplicações financeiras	3.745	3.840
Juros ativos	678	1.375
Varição cambial ativa	30	25
Outras receitas financeiras	497	159
Total de receitas financeiras	4.950	5.399

(b) Despesas financeiras

	2018	2017
Varição cambial passiva	(155)	(171)
Juros passivos	(525)	(743)
Despesas e tarifas bancárias	(6)	(18)
Outras despesas financeiras	(64)	(122)
Total de despesas financeiras	(750)	(1.054)

21. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

21.1 Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela alta administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros contratados.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Adicionalmente, há análises específicas e normas aprovadas pela administração para a aplicação financeira em instituições financeiras com boas avaliações de *rating* pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e seguros.

b) Risco de liquidez

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente às operações da Companhia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Juros	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e quatro anos	Acima de quatro anos	Total
--	-------	-----------------	----------------------	--------------------------	----------------------	-------

Em 31 de dezembro de 2018						
Contas a receber de clientes	-	31.501	-	-	-	31.501
Partes relacionadas	-	3.599	-	-	-	3.599

Fornecedores e Partes Relacionadas	-	4.828	-	-	-	4.828
Empréstimos e financiamentos	3,10% a.a	73	9	-	-	82

Em 31 de dezembro de 2017						
Contas a receber de clientes	-	28.703	-	-	-	28.703
Partes relacionadas	-	2.571	-	-	-	2.571

Fornecedores e Partes Relacionadas	-	2.132	-	-	-	2.132
Empréstimos e financiamentos	3,10% a.a	238	84	-	-	322

21.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia gerencia seus recursos comparando periodicamente suas obrigações futuras frente seu saldo de caixa e equivalentes e suas perspectivas de receitas, monitorando suas necessidades.

21.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos, assim como os saldos de transações com partes relacionadas. O valor justo dos passivos financeiros tem valores muito similares aos valores atualmente contabilizados, em função principalmente do curto prazo de vencimento de tais direitos e obrigações.

21.4 Instrumentos financeiros por categoria

	2018	2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
	Custo	Empréstimos
	Amortizado	e recebíveis

Contas a receber de clientes e outras contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	35.100	31.274
Caixa e equivalentes de caixa	66.666	79.287
	101.766	110.561

	2018	2017
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
	Outros	Outros
	passivos financeiros	passivos financeiros

Empréstimos	82	322
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	15.514	11.776
	15.596	12.098

22. COMPROMISSOS

A Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. Como parte deste contrato, tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade de transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos de transmissão da programação em sua região de atuação.

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 51.046 (R\$ 57.863 em 31 de dezembro de 2017).

Mariano Lemanski Presidente	Elaine Kitaiski Contadora - CRC/PR 48185/0-0
--------------------------------	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existam incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Otávio Ramos Pereira
Audítors Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR	CRC nº 1 RS 057770/O-2